

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E A TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO CUBANO

Luis Fernando AYERBE¹

- **RESUMO:** O artigo analisa as características do desenvolvimento da economia cubana após a revolução de 1959, destacando os seguintes aspectos: a) o nível de interferência representado pela política externa dos Estados Unidos; b) de que maneira a opção pelo modelo econômico e político adotado por Cuba possibilitou o desencadeamento da crise atual e afetou a capacidade de enfrentá-la; c) que perspectivas se abrem para as relações com os Estados Unidos após o fim da Guerra Fria.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Imperialismo e dependência; relações Cuba-Estados Unidos; relações Cuba-União Soviética.

A lógica do intervencionismo

Os vários governos norte-americanos e os analistas favoráveis às posições internacionais do país coincidem em retratar a política em relação a Cuba como de resposta pontual às medidas do governo de Fidel Castro que contrariam os interesses dos Estados Unidos e da “comunidade interamericana”.

Um memorando interno da CIA, de 21 de fevereiro de 1961, apresenta argumentos no mínimo curiosos para explicar a aliança de Cuba com a URSS:

1 Departamento de Economia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

Isto não é uma função da política e ação dos EUA, mas da personalidade psicótica de Castro. É evidente, segundo o testemunho de seus seguidores na época, que Castro chegou em Havana num alto estado de exaltação equivalente a doença mental. Ele recebeu a adulação das massas, não só em Havana mas também em Caracas (em pessoa) e por toda a América Latina (através de relatórios). Mas dos EUA ele ouviu apenas a condenação universal do sumário conselho de guerra e execução dos partidários de Batista na atmosfera de um circo romano. Ele se convenceu de que os EUA nunca entenderiam e aceitariam sua revolução e que ele poderia esperar apenas hostilidade implacável de Washington. Esta foi a conclusão de sua própria mente desordenada, não relacionada a qualquer fato da política ou ação dos EUA.²

Analisar as relações Cuba-Estados Unidos, priorizando a reconstrução cronológica das atitudes hostis de ambos os lados para determinar quem deu a partida inicial, parece-nos uma estratégia pouco elucidativa, mesmo porque o conceito de "hostilidade" foi utilizado de tal maneira que, na prática, pode-se ser hostil ao governo norte-americano exercendo a soberania nacional, tomando medidas internas que afetem setores nacionais ou estrangeiros instalados no país, para os quais existam ouvidos sensíveis e solidários nas altas esferas da política dos Estados Unidos. A simples existência de um governo com orientações divergentes, pouco confiáveis, representa um ato hostil. Isto sem mencionar as hostilidades artificialmente provocadas e geralmente difíceis de serem comprovadas, que criam situações visivelmente agressivas.

O importante é que existe uma história anterior de como se comportaram os Estados Unidos em outras circunstâncias parecidas. Guatemala era o exemplo mais fresco na memória dos cubanos, inclusive porque alguns dos protagonistas principais da revolução, como Ernesto Guevara, ali se encontravam no momento da derrocada de Arbenz em 1954.³ Os revolucionários cubanos sabiam o que se podia esperar dos Estados Unidos, especialmente quando as transformações estruturais na economia tomassem corpo.

A dimensão da presença norte-americana em Cuba excedia em muito os interesses que a United Fruit Co. tinha na Guatemala. No momento da independência cubana da Espanha, em 1898, os investimentos dos Estados Unidos ascendiam a cinquenta milhões de dó-

2 CIA - Relatório de Pesquisa: "Por que a Revolução Cubana de 1958 levou à aliança de Cuba com a URSS"

3 Para uma análise da intervenção dos Estados Unidos na Guatemala, ver Ayerbe, 1992.

lares, e se elevaram para oitenta milhões em 1902, quando impõem a Cuba a emenda Platt, que estabelece as bases permanentes das relações entre os dois países:

Que o governo de Cuba permita que os Estados Unidos exerçam o direito de intervir no sentido de preservar a independência cubana, manter a formação de um governo adequado para a proteção da vida, propriedade, a liberdade individual.

... Que, a fim de auxiliar os Estados Unidos a sustentar a independência cubana, e para proteger a população dali, tão bem como para a sua própria defesa, o governo de Cuba deverá vender ou alugar terras aos Estados Unidos necessárias para extração de carvão para linhas férreas ou bases navais em certos locais especificados de acordo com o Presidente dos Estados Unidos. (Morris, 1964, p.182-3)

Até 1930, Cuba abastecia 59% do mercado de açúcar dos Estados Unidos, que contribuíam por sua vez com 54% das importações cubanas. Em 1959, quando triunfa a revolução, a participação de Cuba no mercado de açúcar norte-americano tinha caído para 33% e as importações originárias dos Estados Unidos compunham 75% do total (Morales Dominguez & Pons Duarte, 1987, p.155).

O capital norte-americano estava presente nas plantações de cana-de-açúcar, nas usinas, nas refinarias de petróleo, no sistema telefônico e de eletricidade. A dependência da exportação de um produto, o açúcar, para um mercado, o dos Estados Unidos, limita enormemente as opções do novo governo quanto a conciliar as necessárias mudanças estruturais que apresentem uma saída positiva contra a difundida sentença de que "sem cota não há país", que ao mesmo tempo conservem o estado de "simpatia benevolente" característico das reações iniciais dentro dos Estados Unidos diante da revolução.

Na verdade, o que se esperava (ou desejava) nos EUA era um pequeno intervalo de moralização da imagem de Cuba como paraíso da corrupção, do jogo, da prostituição e outros "excessos" que encontram melhor caldo de cultura em regimes ditatoriais. Feito isto, e sem demora, deveriam convocar-se eleições. Como as medidas iniciais de moralização e de melhoria conjuntural da situação econômica dos setores populares se esgotam em pouco tempo, dando lugar a ações de alcance estrutural, a "boa vontade" norte-americana desaparece rapidamente.

A disponibilidade inicial de recursos para financiar um processo de desenvolvimento com autonomia de decisões, tendo em vista a experiência conhecida, não deve esperar pelo respaldo desinteressado do

sistema financeiro internacional ou dos países capitalistas desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos.

Certas medidas elementares e instrumentais foram tomadas entre 1959-1960 ou até 1962-1963. A "expropriação dos expropriadores" teria de começar, logicamente, pelos aproveitadores do regime ou pelos agentes externos e internos do capitalismo neocolonial: a recuperação dos bens malversados; a primeira e segunda reformas agrárias; a nacionalização do capital estrangeiro; a nacionalização geral da indústria. Por aí se fez o confisco, sob várias formas, e se pôs nas mãos do governo revolucionário uma considerável massa de riqueza ... Também se apelou, complementarmente, para outras medidas diretas ou indiretas de fortalecimento econômico do governo revolucionário, como, por exemplo: a contribuição voluntária de 4% do salário, com que os trabalhadores colaboravam na constituição de fundos para a industrialização, o fomento da produção açucareira, etc.; o congelamento dos salários, decidido pelas organizações sindicais; o controle das importações, a monopolização estatal do comércio exterior, a centralização da política cambial, etc.; o racionamento, a instituição do acopio, etc. No conjunto, o governo revolucionário preparava ou estimulava a criação de uma base econômica para certas medidas de grande impacto ou para o alargamento de sua intervenção na economia, ameaçada pela resistência empresarial ou pela ressaltância dos Estados Unidos. (Fernandes, 1979, p.108-9)

Grande parte das expropriações citadas aparece como resposta à radicalização dos Estados Unidos perante o novo governo. No programa inicial da revolução, baseado no documento "A História me absolverá", redigido por Fidel Castro na prisão após o fracassado assalto ao quartel de Moncada em 26 de julho de 1953, a medida mais radical em termos de mudança estrutural era a reforma agrária. No restante, previam-se ações direcionadas a melhorar as condições de vida do povo (aumentos salariais, direitos trabalhistas, diminuição de aluguéis residenciais etc.), ou diversificar a estrutura econômica do país fortalecendo a industrialização.

Entre 8 de janeiro de 1959, quando os revolucionários assumem o poder, e 17 de maio, data de assinatura da Lei de Reforma Agrária, as reações negativas nos Estados Unidos perante o novo governo têm mais um caráter de advertência, cujo veículo principal é a imprensa, sem que as opiniões vertidas assumam um caráter oficial. Manifestam preocupações com a magnitude da repressão aos antigos aliados do regime de Batista (fuzilamentos e juízos sumários) e a demora para convocar eleições. No entanto, a decretação da reforma agrária desencadeia o início do confronto entre os objetivos da revolução e a política dos Estados Unidos.

A nova lei cria o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), que passa a atuar diretamente na economia rural, definindo as áreas de propriedade pública e privada. Essa lei

pretendia três correções essenciais: 1º) eliminar o latifúndio (a lei prescrevia, de imediato, os latifúndios improdutivos; o artigo 2º excetuava da medida: as áreas semeadas de cana, cujos rendimentos estivessem 50% acima da média nacional; as áreas de criação de gado que correspondessem aos critérios de produtividade do INRA; as áreas de cultivo de arroz que rendessem não menos que 50% da média da produção nacional; as áreas dedicadas a um ou vários cultivos ou à agropecuária, com ou sem atividade industrial, "para cuja exploração eficiente seja necessário manter uma extensão de terra superior à estabelecida como limite máximo no artigo 1º desta Lei"); 2º) corrigir os minifúndios; 3º) extinguir legalmente, em futuro próximo, a alienação de terras cubanas e estrangeiras. (Fernandes, 1979, p.118)

A resposta oficial do governo norte-americano vem no dia 12.6.1959, em nota que demonstra preocupação em relação às indenizações previstas nos casos de expropriações de terras pela reforma agrária. O que estava previsto era o pagamento, em bônus da RA, com prazo de carência de vinte anos e juros de 4,5% anuais, no valor de renda declarado nos cartórios até 10 de outubro de 1958. Levando em consideração que na reforma agrária implementada pelos Estados Unidos no Japão, durante a ocupação de 1945-1952, determinou-se uma indenização aos antigos proprietários em bônus de 24 anos de carência e juros de 3,5% ao ano, a crescente exaltação do governo norte-americano parecia fora de propósito (Morales Dominguez & Pons Duarte, 1987).

No entanto, a política de retaliação contra Cuba começa a delinear-se claramente a partir de 1960, no fim da administração Eisenhower, aprofundando-se ao longo das administrações de Kennedy e Johnson. Em função desse contexto, as respostas do governo cubano serão na linha do ataque aos interesses econômicos estrangeiros e nacionais que exercem o boicote à revolução, amadurecendo, no decorrer do processo, uma visão mais radical sobre as alternativas adequadas em direção a um desenvolvimento independente, nas circunstâncias que a história coloca.

Faremos uma breve reconstrução deste percurso, intercalando cronologicamente os fatos principais que marcaram a trajetória das relações entre Cuba e Estados Unidos entre 1960 e 1962:

- Pressões do governo norte-americano para restringir a venda de combustíveis a Cuba obrigam o país a recorrer ao fornecimento sovié-

- tico de petróleo. Em junho de 1960 a Texaco nega-se a refinar o petróleo soviético. Posteriormente, a Esso e a Shell fazem o mesmo.
- Em julho, o governo norte-americano reduz a cota de importação de açúcar cubano em 95%.
 - Em agosto, o governo cubano nacionaliza as empresas estrangeiras e suas propriedades rurais. Em outubro, nacionaliza as empresas privadas nacionais.
 - Em 3 de janeiro de 1961 o governo norte-americano rompe relações diplomáticas com Cuba. No mesmo mês, Cuba assina acordos com a União Soviética de compra da cota açucareira a preço fixo, independentemente das flutuações do mercado internacional, e de importação de petróleo soviético.
 - Em dezembro, os Estados Unidos suspendem a cota açucareira de Cuba para o primeiro semestre de 1961.

Paralelamente à radicalização da postura oficial em relação a Cuba, a administração Eisenhower deixa de herança para o governo Kennedy um plano de invasão idealizado pela CIA e pronto para ser posto em marcha. Em relatório da CIA de 11 de março de 1961, recomenda-se ao novo governo a implementação do plano no menor prazo possível:

Status de Ação Preparatória: Há aproximadamente um ano, a Agência foi orientada para colocar em ação: a organização de uma ampla oposição ao regime de Castro; uma grande campanha de propaganda; apoio para atividades de resistência pacíficas e violentas; e o desenvolvimento de forças aéreas e terrestres paramilitares treinadas de voluntários cubanos.

Uma decisão deveria ser tomada dentro em breve quanto ao futuro destas atividades e o emprego ou disposição de bens disponíveis que foram criados. O status das mais importantes atividades é o que se segue:

a. Políticas: Por um período de quase um ano, a FRD (Frente Revolucionária Democrática), que foi criada na esperança de que se tornasse a concretização organizacional de uma oposição unificada a Castro, provou ser altamente útil, mas importantes elementos políticos se recusaram a juntar-se a ela.

Desta maneira, um grande esforço foi empreendido há três semanas para formar um conselho revolucionário de bases mais amplas, o qual incluiria a FRD e que poderia levar ao erguimento de um governo provisório. Um progresso considerável tem sido alcançado em negociações com os principais líderes cubanos nas quais grandes esforços têm sido feitos no sentido de permitir que os cubanos delineiem seu próprio caminho. Espera-se que o resultado desejado seja alcançado em pouco tempo. O que está emergindo destas negociações é um governo provisório com uma orientação política tendendo para a esquerda e uma plataforma política que está incorporando a maioria

dos objetivos originalmente declarados do movimento de 26 de julho. Acredita-se que isto comandará o apoio de uma grande maioria de cubanos anti-Castro embora não seja totalmente aceitável aos grupos mais conservadores...

b. Militares: Forças paramilitares foram recrutadas e treinadas e estarão num estado avançado de prontidão dentro de pouco tempo...

... Uma equipe JCS recentemente inspecionou o batalhão e a força aérea em suas bases na Guatemala. Suas descobertas os levaram a concluir que estas forças poderiam estar prontas para combate em 1^ª de abril. Certas deficiências foram indicadas e estão em processo de correção parcialmente através de mais treinamento e parcialmente através do recrutamento de adicional companhia de infantaria.

... c. Tempo: Será impraticável manter todas estas forças juntas além do começo de abril. Elas se constituem em grande parte de voluntários, alguns dos quais têm estado em treinamento árduo, alojados em instalações austeras já há seis meses. Sua motivação para ação é alta mas seu estado de espírito não poderá ser mantido se seu comprometimento com a ação for adiado por muito tempo. O início da época de chuvas na Guatemala em abril acentuará grandemente este problema. O período das chuvas em Cuba também tornaria sua aterrissagem na ilha mais difícil.

CONCLUSÕES

a. O regime de Castro não cairá por si só. Na ausência de ação externa contra ele, o enfraquecimento gradual da oposição cubana interna deve ser esperado.

b. Dentro de uma questão de meses as capacidades das forças militares de Castro provavelmente aumentarão a tal ponto que a deposição de seu regime, a partir de dentro ou fora do país, pela oposição cubana, será bastante improvável.

c. Se for usada com eficiência, a força paramilitar cubana tem grandes chances de depor Castro, ou de causar uma prejudicial guerra civil, sem a necessidade de os Estados Unidos se comprometerem com a ação manifesta contra Cuba.

d. Entre o curso alternativo de ação aqui revisado, um ataque à força precedido por uma aterrissagem diversiva oferece a melhor chance de se alcançar o resultado desejado.⁴

- No dia 15 de abril de 1961, aviões norte-americanos bombardeiam quartéis e aeroportos com a finalidade de destruir aviões cubanos.
- No dia 16 de abril, em concentração popular para velar as vítimas do bombardeio, Fidel Castro proclama pela primeira vez, publicamente, o caráter socialista da revolução cubana.

4 Documentos do Conselho de Segurança Nacional relativos à América Latina. Governos Kennedy e Johnson, "Operação proposta contra Cuba".

- No dia 17 de abril, desembarca na Bahia dos Porcos uma expedição contra-revolucionária de 1.500 homens vindos da Guatemala.
- No dia 19 de abril, a invasão já está derrotada e o presidente Kennedy assume oficialmente a participação norte-americana.
- Em janeiro de 1962, Cuba é expulsa da OEA.
- Em fevereiro, os Estados Unidos decretam o bloqueio econômico ao país, o que inclui a proibição de todas as importações para os Estados Unidos de produtos de origem cubana ou importados através de Cuba.
- Em março, proibem a importação de produtos fabricados em qualquer país que contenham total ou parcialmente produtos de origem cubana.
- Em outubro, Kennedy impõe o bloqueio naval a Cuba, o que inclui barcos comerciais, a raiz da instalação de mísseis soviéticos no território cubano. A OEA aprova as medidas e as negociações entre os EUA e a URSS culminam em acordo que inclui a retirada dos foguetes em troca do compromisso dos EUA não invadirem Cuba. É o reconhecimento oficial do regime cubano.

Como podemos observar, várias formas de pressão econômica, política e militar são tentadas neste breve período de tempo. No plano econômico, o bloqueio traz graves problemas para o país.

Cuba viu-se obrigada a reorientar seu comércio para regiões distantes, encarecendo-se, como conseqüência, suas exportações e importações: as primeiras se fazem menos competitivas e as segundas provocam fortes egressos no balanço de pagamentos em conceito de fretes. (Morales Dominguez & Pons Duarte, 1987, p.162)

Calcula-se que, até 1985, as perdas econômicas sofridas por causa do bloqueio nos planos comercial e marítimo internacional ascendem a nove bilhões de dólares (ibidem).

As opções que se colocam para o país, a partir da decisão de se manter fiel aos objetivos que levaram ao desencadeamento do processo revolucionário, não são muitas. No âmbito interamericano, as portas se fecham, e não por iniciativa de Cuba. A dependência da exportação de açúcar, ponto fraco explorado ao máximo pelos Estados Unidos, torna urgente uma definição de novos parceiros comerciais, e os países socialistas oferecem uma garantia de compra da cota de açúcar e de abastecimento dos produtos de que o país necessita. A desestabilização política interna e externa, que encontra aliados nos grupos empresaria-

riais privados, leva o governo a acelerar a política de nacionalizações, o que imprime uma dinâmica de transformação centrada no Estado, que dispõe cada vez mais dos recursos econômicos e políticos necessários para implementar as reformas num país em que a iniciativa privada está em retração.

Em outubro de 1963, a segunda reforma agrária adjudica ao Estado todas as terras superiores a 67 hectares, passando a controlar 60% da propriedade agrícola. As cooperativas criadas na primeira reforma são transformadas em granjas do Estado, que são grandes unidades produtivas.

Em 1964, os acordos açucareiros com a URSS são renovados por mais cinco anos, garantindo a colocação de até cinco milhões de toneladas anuais a preço fixo.

Em 1965 é criado o Partido Comunista Cubano, através da fusão do Movimento 26 de Julho (que agrupava os revolucionários ligados a Fidel Castro), o Partido Socialista Popular (nome do antigo Partido Comunista) e o Diretório Revolucionário.

Em 1968 são nacionalizados os setores comerciais urbanos que ainda permaneciam em mãos privadas.

A Tabela 1 mostra a evolução do processo de nacionalização na economia cubana. A discussão das condições de implantação do socialismo em Cuba a partir dos anos 60 será desenvolvida na próxima seção, onde avaliaremos seu desempenho em uma perspectiva comparada.

Tabela 1 - Nacionalização progressiva dos setores econômicos em Cuba (%)

Setores	1961	1963	1968
Agricultura	37	70	70
Indústria	85	95	100
Construção	80	98	100
Transporte	92	95	100
Comércio	52	75	100
Comércio no atacado	100	100	100
Comércio exterior	100	100	100
Sistema bancário	100	100	100
Educação	100	100	100

Fonte: Rodriguez, 1980, p.168.

O desenvolvimento de Cuba sob o socialismo

Com a realização do I Congresso do Partido Comunista em 1975 e a aprovação por referendo nacional, em 1976, de uma nova Constituição, a revolução cubana se institucionaliza.

De acordo com a nova Constituição, a estrutura política e econômica do país segue, nos seus aspectos principais, os parâmetros que vigoravam na época nos países do Leste Europeu:

Artigo 1. A República de Cuba é um Estado socialista de operários e camponeses e demais trabalhadores manuais e intelectuais...

Artigo 5. O Partido Comunista de Cuba, vanguarda organizada marxista-leninista da classe operária, é a força dirigente superior da sociedade e do Estado, que organiza os esforços comuns para os elevados fins da construção do socialismo e o avanço em direção à sociedade comunista...

Artigo 11. A República de Cuba forma parte da comunidade socialista mundial, o que constitui uma das premissas fundamentais da sua independência e desenvolvimento em todas as ordens...

Artigo 15. A propriedade estatal socialista, que é a propriedade de todo o povo, se estabelece irreversivelmente sobre as terras que não pertencem aos pequenos agricultores ou a cooperativas integradas pelos mesmos; sobre o subsolo, as minas, os recursos marítimos naturais e vivos dentro da zona da sua soberania, os bosques, as águas, as vias de comunicação; sobre as centrais açucareiras, as fábricas, os meios fundamentais de transporte, e quantas empresas, bancos, instalações e bens têm sido nacionalizados e expropriados aos imperialistas, latifundiários e burgueses, assim como sobre as granjas do povo, fábricas, empresas e instalações econômicas, sociais, culturais e esportivas construídas, fomentadas ou adquiridas pelo Estado e as que construa no futuro, fomenta ou adquira...

Artigo 16. O Estado organiza, dirige e controla a atividade econômica nacional de acordo com o Plano Único de Desenvolvimento Econômico-Social... (Constitución, 1981)

Entre os aspectos acima mencionados, dois merecem destaque na avaliação das características que o desenvolvimento econômico cubano assume a partir de 1976: a institucionalização do sistema de planejamento central com base em planos quinquenais, e a participação no Conselho Econômico de Ajuda Mútua (Came), que reunia o bloco de países liderado pela ex-União Soviética.

A progressiva incorporação de Cuba às atividades conjuntas do Came se realiza dentro dos marcos do Programa Complexo de Aprofundamento e Aperfeiçoamento da Colaboração e Integração Econômica Socialistas. O Pro-

grama Complexo constitui o plano diretor do desenvolvimento a longo prazo da atividade econômica e científica-técnica dos países membros do Came. (Fernandez Arner & Plá Garcia, 1986, p.46)

A integração das economias de acordo com os parâmetros de divisão internacional do trabalho, delineada a partir do Programa Complexo, requer uma ação coordenada das políticas econômicas do conjunto dos países membros, o que se efetiva no momento da formulação das metas e objetivos dos planos quinquenais. Cuba iniciou sua participação formal no Came em 1972, porém precisou realizar um conjunto de mudanças institucionais que lhe permitissem a integração plena dentro do sistema, o que acontece efetivamente a partir da Constituição de 1976, que também é o ano de início do primeiro plano quinquenal.

No novo contexto, a indústria passa a ser considerada eixo central da estratégia de desenvolvimento. O perfil que se pretende para a industrialização leva em conta dois aspectos principais: as características estruturais da economia cubana, considerando os efeitos gerados pelas políticas implementadas entre 1959-1975, e a integração nos marcos do sistema econômico do Came.

Em relação ao primeiro aspecto, os indicadores globais da economia no período 1959-1975 mostram a seguinte evolução (Rodríguez, 1980): o Produto Social Global (PSG)⁵ cresce a uma média anual de 4,1% entre 1962-1970 e de 12% entre 1970-1974. Na estrutura do PSG, a indústria passa a representar, em 1974, 41%, contra 25% antes da revolução; a agricultura se reduz de 30% para 10,1% no mesmo período. No interior da indústria, o setor de bens de produção representa 36,6% e o de bens de consumo, 63,4%. Apesar desses avanços, bastante significativos, devemos levar em consideração o estágio anterior do setor industrial cubano, extremamente precário, conforme mostra a Tabela 2.

Na agricultura, além das mudanças na estrutura da propriedade em função das duas reformas agrárias, a produção aumenta em torno de 40% entre 1962 e 1974, com um grande avanço na mecanização da colheita de cana-de-açúcar, que atinge 19% do total, sendo que 77% é semimecanizado e 4%, manual, contra 100% manual em 1958. Nos setores de energia, transporte e comunicações, a taxa média de crescimento entre 1962 e 1974 é de 8,4%, melhorando notavelmente a infraestrutura da produção.

5 Conceito que mede o produto bruto de acordo com os parâmetros de uma economia centralmente planejada.

Tabela 2 – Cuba: produção de bens de consumo duráveis

Produtos	Unidades	1958	1974
Geladeiras	Mil unid.	Não produzia	42
Rádios	“	“	24*
Televisores	“	“	20
Fogões domésticos	“	“	145
Painéis de pressão	“	“	414*
Ônibus	Um	“	1249

* 1973

Fonte: Rodriguez, 1980, Tabela 6.

Os indicadores sociais mostram a maior evolução do período: erradica-se o desemprego; na educação, a escolaridade infantil atinge 100% nas idades de 6 a 12 anos, o ensino primário cresce 2,7 vezes, o secundário 6,1 e o universitário 5,5 vezes; na área da saúde, a mortalidade infantil passa de 60 por mil até 1959, para 28,9 em 1974 e a expectativa de vida eleva-se de menos de 55 anos para 70.

Em relação ao comércio exterior, o açúcar continua representando o principal produto de exportação, mantendo-se num nível similar ao do período anterior à revolução, de 75%. A principal mudança nesta área é na orientação geográfica do intercâmbio. Em 1958, os Estados Unidos representavam 69% e os países do Come, 1%; em 1974, o comércio com os EUA já não existe e os países do Come representam 66%.

A partir da integração ao Come, a definição do perfil do desenvolvimento industrial passa a se orientar pelos princípios que regem esse sistema, no sentido de possibilitar a organização do

sistema de relações socialistas de produção; que garanta a independência técnico-econômica do país em relação aos países capitalistas; que dote o país da possibilidade de obter maquinaria, equipamentos, tecnologias, matérias-primas etc., que lhe permitam desenvolver, de maneira acelerada, em cooperação com os demais países membros da comunidade econômica socialista, os demais ramos produtivos e todas as atividades da sociedade.

Para isto deve-se desenvolver, preferentemente, a indústria de construção de maquinaria e o potencial científico-técnico que assegure seu desenvolvimento permanente e acelerado.

Não se trata de qualquer desenvolvimento da indústria mecânica. Em primeiro lugar, tem que se desenvolver a produção de maquinaria e equipamentos para os ramos ou produtos em cuja produção está especializado o país nos marcos do Come.

Deve também produzir o equipamento para aqueles ramos em que, por não haver nenhum outro país socialista especializado na sua produção, se apresente a alternativa de produzi-lo ou importá-lo dos países capitalistas. Esta última via deve ser tomada somente em casos excepcionais. (Garcia, 1987, p.119)

A adoção desses mecanismos de integração teve influência significativa na definição do perfil do desenvolvimento cubano, tanto nos seus aspectos positivos como nos negativos.

Entre 1975 e 1985, o PSG cresce a um ritmo anual de 6,7%, o que representa um aumento total de 191,3%. O produto social bruto por habitante teve um aumento de 76,2% no mesmo período. Nesta evolução positiva dos indicadores, o desenvolvimento do setor industrial teve grande influência. Isto se deve à nova política de inversões inaugurada com o primeiro plano quinquenal, que dá prioridade à indústria, com destaque para o setor de bens de produção, que passa a receber 60% do total, contra 20% do setor de bens de consumo e 20% da indústria açucareira. A ênfase nos bens de produção tem como objetivo a substituição de importações originárias das economias capitalistas, a melhoria da capacidade de produção interna dos produtos de exportação, com destaque para o açúcar e o níquel, garantir o abastecimento nacional no setor de alimentos, melhorar a infra-estrutura de transportes (marítimo e terrestre) e de energia elétrica. A Tabela 3 descreve as mudanças na estrutura de produção industrial entre 1975 e 1984.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, os investimentos em educação e em pesquisa e desenvolvimento, aliados ao acesso a programas de capacitação na União Soviética, permitiram ao país consolidar o potencial científico nacional para operar em áreas consideradas de ponta, como medicina e tecnologia médica, nas quais Cuba desenvolveu capacidade autônoma de produção de medicamentos, o que representa uma perspectiva de diversificação das exportações para países do Terceiro Mundo. Na área de tecnologia para a indústria açucareira, o país atingiu um lugar de destaque no cenário internacional.

Quanto ao comércio exterior, as exportações crescem a uma média anual de 7,3% entre 1975 e 1985, e o açúcar participa com 75% do total. A reexportação de petróleo soviético, derivados de petróleo, fumo, níquel, frutas cítricas e peixe fresco completa o leque de itens princi-

país das exportações cubanas. O processo de industrialização leva a um aumento crescente das importações de equipamentos e insumos, acima da capacidade de financiamento obtida com as exportações. O valor das importações, para o mesmo período, cresce a uma média anual de 9,9%, comprometendo o saldo da balança comercial, que entre 1975 e 1985 se mantém deficitário.

Tabela 3 – Cuba: estrutura da produção industrial (a preços de 1981)

Ramos	Participação em %		Lugar ocupado	
	1975	1984	1975	1984
Alimentos	25,5	24,2	1ª	1ª
Açúcar	19,6	17,9	2ª	2ª
Indústria de combustíveis	9,1	5,8	3ª	7ª
Química	7,7	6,8	4ª	4ª
Mecânica e eletrônica	7,3	12,9	5ª	3ª
Têxtil e couro	6,9	6,0	6ª	5ª
Materiais de construção	6,6	5,8	7ª	6ª
Energia elétrica	4,0	5,7	8ª	8ª
Mineração e metalurgia	3,0	2,9	9ª	9ª
Outros	5,0	7,1	-	-
Totais	100,0	100,0		

Fonte: Castro Tato, 1987, Tabela 3.

Como podemos observar nos dados anteriores, a agroindústria compõe a parte principal do setor industrial; quanto ao financiamento das importações, o complexo açucareiro representa a base de apoio.

A dependência do financiamento externo da economia cubana em relação ao açúcar, um produto com vários concorrentes no mercado internacional – a cana-de-açúcar cresce praticamente em todas as áreas tropicais e subtropicais – e cujos preços são instáveis, limita bastante a capacidade de planejamento econômico interno de médio prazo. Cuba vende no mercado mundial de açúcar, dependendo da conjuntura, entre 10% e 40% da sua produção. A instabilidade dos preços ao longo das décadas de 1970 e 1980 levou o país, em razão da manutenção do programa de inversões na indústria, a contrair empréstimos nos bancos internacionais e a ampliar o intercâmbio comercial com o Come, na perspectiva de diminuir a dependência do mercado capitalista, beneficiando-se de um sistema que funcionava

com preços controlados. No final dos anos 80, o comércio com esses países chega a 80%. As Tabelas 4 e 5 mostram as oscilações dos preços do açúcar e as compensações oferecidas pela venda desse produto para a URSS.

Tabela 4 – Preços do açúcar no mercado internacional e o acordo Cuba-URSS (em centavos de dólar por libra)

Anos	Preço internacional de mercado ^(a)	Preço pago a Cuba pela URSS	Diferença
1970	3,75	6,11	2,36
1971	4,53	6,11	1,58
1972	7,43	6,11	-1,32
1973	9,63	12,02	2,39
1974	29,96	16,64	-10,32
1975	20,50	30,40	9,90
1976	11,57	30,95	19,38
1977	8,10	35,73	27,63
1978	7,81	40,78	32,97
1979	9,65	44,00	34,35
1980 ^(b)	28,66	-	-
1981	18,43	-	-

(a) Preço livre de mercado (FOB) em portos do Caribe.

(b) Janeiro a setembro.

Fontes: Preço internacional de mercado, do FMI: *International Finance Statistics* (1970-1981) e *New York Times*, jan.-dez. 1981. Preço soviético, *Boletín Estadístico de Cuba* 1970-1971, *Anuário Estadístico de Cuba* 1972-1978, e CEPAL: "Cuba: Notas para el estudio económico de América Latina. 1980", MEX/1044/9 de abril, p.23-4. In: Mesa-Lago, 1982, Tabela 3.

Tabela 5 – Variação percentual dos preços do açúcar cru no mercado internacional (Em dólares a preços correntes)

1987	1988	1989	1990 ^(a)	1990/1980
11,5	50,0	25,5	4,7	-53,3

(a) Dados preliminares.

Fonte: Cepal, 1990, Tabela 12.

As vantagens oferecidas pelos termos de troca com o Came não devem ser consideradas um subsídio a “fundo perdido” da economia cubana, como sempre salientou a propaganda do Estado norte-americano. As compensações eram mútuas. A parte principal dos pagamentos do açúcar exportado era feita por créditos em rublos apenas utilizáveis para a compra de produtos soviéticos. Isso significava garantia, para ambas as partes, de colocação das suas exportações em mercados não concorrenciais (Zimbalist, 1989).

Mesmo com os problemas já apontados, Cuba consegue manter um crescimento sustentado da economia entre 1975 e 1985. A partir de 1986, inicia-se uma fase de crescentes dificuldades, em várias frentes, que incidem diretamente no desempenho econômico do país: o aumento dos juros da dívida externa paralelamente à queda dos preços do açúcar leva Cuba a decretar uma moratória de sua dívida, o que vai limitar o acesso a novos créditos; no governo Reagan o bloqueio norte-americano se acentua; as mudanças no Leste Europeu no fim da década de 1980 geram fatores adicionais de incerteza associados à abrupta e imprevista extinção do Came.

Cuba passa a compartilhar de vários problemas que afetam os países latino-americanos. O principal deles é a vulnerabilidade externa, que a inserção no sistema do Came tinha amenizado. Antes de entrar nesse ponto, deteremo-nos brevemente na análise comparada – em relação à América Latina e alguns países do Sudeste Asiático – do desempenho do sistema cubano com base em alguns indicadores econômicos e sociais.

Entre 1960 e 1985, o crescimento médio do PIB *per capita* foi de 3,5%, contra 1,8% no resto da América Latina (Zimbalist & Brundenius, 1989). Na chamada “década perdida” de 1980, Cuba é o país que mais cresceu, conforme mostram os dados da Cepal na Tabela 6.

Quanto à distribuição de renda, os 40% mais pobres da população cubana detêm 26% do total, contra 7,7% no conjunto da América Latina; os 10% mais ricos detêm 20,1%, contra 47,3% na América Latina (Zimbalist & Brundenius, 1989, Tabela 4).⁶

Em relação a outros países da América Central e Caribe, que antes da revolução de 1959 apresentavam estágio de desenvolvimento semelhante, especializados na exportação de produtos primários, o saldo é também favorável a Cuba no item de diversificação de exportações, como mostra a Tabela 7.

6 Estimativas da Cepal com base em pesquisas na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela. No caso de Cuba, os dados são elaboração dos próprios autores.

Tabela 6 – América Latina e Caribe: crescimento do PIB total e do PIB *per capita* (Variação acumulada 1981-1990)^(a)

Região	PIB	PIB por habitante
América Latina e Caribe ^(b)	12,4	-9,6
Países exportadores de Petróleo	14,6	-9,4
Bolívia	-1,4	-23,3
Colômbia	42,4	16,2
Equador	24,3	-4,6
México	15,2	-8,4
Peru	-9,9	-30,2
Trinidad y Tobago	2,2	-13,8
Venezuela	5,2	-19,9
Países não exportadores de Petróleo ^(b)	10,8	-9,8
América do Sul	10,8	-9,1
Argentina	-13,3	-24,3
Brasil	17,2	-5,5
Chile	29	9,2
Guiana	-24,6	-27,9
Paraguai	36,4	0,4
Uruguai	-0,9	-6,7
América Central e Caribe ^(b)	10,8	-13
Barbados	10,6	8
Cuba ^(c)	44,2	31,6
Haiti	-5,8	-22,3
Jamaica	17,2	1,9
Panamá	1	-18,3
República Dominicana	23,1	-2,2
Mercado Comum Centro-Americano	8,8	-17,2
Costa Rica	25,4	-5
El Salvador	-1,7	-15,3
Guatemala	9	-18
Honduras	20,4	-14,2
Nicarágua	-17,3	-40,8

(a) Estimativas preliminares sujeitas a revisão.

(b) Exceto Cuba.

(c) Refere-se ao conceito de produto social global.

Fonte: Cepal, com base em cifras oficiais.

Tabela 7 – Taxa de crescimento anual das exportações não tradicionais em países selecionados da América Central e Caribe (1980-1985) (em percentagens)

Cuba	18,8
Costa Rica	-4,7
Guatemala	-5,1
Honduras	-2,7
Panamá	2,3
República Dominicana	10,6
Jamaica	7,4

Fonte: Zimbalist, 1989.

Os dados referentes a Cuba não registram os ingressos, cada vez mais importantes, com exportação de serviços de pessoal de construção, educação e serviços médicos para países do Terceiro Mundo, limitando-se às mercadorias.

Em relação aos países do Sudeste Asiático, uma comparação com Taiwan pode ilustrar bem os aspectos favoráveis e críticos presentes no modelo de desenvolvimento cubano, tendo em vista principalmente a capacidade de adaptação a mudanças nas relações internacionais e na economia mundial que se configuram nas duas últimas décadas do século XX.

Ambo os países são insulares e têm permanecido isolados do ponto de vista econômico durante longos períodos de tempo, apoiados por uma superpotência distante e historicamente dependentes do açúcar de cana como principal item de exportação. (Zimbalist & Brundenius, 1989)

As estratégias econômicas dos dois países seguem parâmetros similares: ênfase na industrialização, com destaque para o setor de bens de produção em detrimento do setor agrícola, anteriormente predominante. De acordo com a Tabela 8, os indicadores de crescimento e mudança estrutural são parecidos.

A grande diferença na estratégia de industrialização dos dois países está no papel atribuído à exportação de produtos industrializados. Em Taiwan, o setor de bens de produção foi estruturado em virtude da exportação, da mesma forma que na Coreia do Sul, diferentemente de Cuba, onde a função principal foi a substituição de importações de máquinas e equipamentos, tendo em vista diminuir a dependência do exterior da produção nacional destinada à exportação, especialmente açúcar. Taiwan substituiu a exportação de açúcar, como produto principal, pela exportação de bens manufaturados.

o açúcar ... representava 84 por cento do total das exportações em 1952. Desde então a participação tem decrescido drasticamente, e em 1986 representava apenas 5 por cento. Por outro lado, as exportações da indústria leve aumentaram rapidamente nos anos 1960 e 70, alcançando 38 por cento do total das exportações em 1975, para logo decair para 26 por cento em 1986. A participação dos bens de capital nas exportações passaram de 0 em 1952 para 5 por cento em 1965; logo se ampliaram para 23 por cento em 1985 e alcançaram 36 por cento em 1986. (Zimbalist & Brundenius, 1989, p.16)

Tabela 8 – Crescimento e mudança estrutural em Cuba e Taiwan

	Cuba	Taiwan
PIB <i>per capita</i> 1980 (tipo of. de câmbio)	\$2325	\$2668
Crescimento <i>per capita</i> do PIB		
1955-1965	1,7	4,8
1965-1985	4,2	6,7
1980-1985	6,2	2
Participação do PIB		
Agricultura		
1965	24%	24%
1985	10%	6%
Manufaturas		
1965	23%	26%
1985	36%	41%

Fonte: Zimbalist & Brundenius, 1989, Tabela 7.

Em termos de distribuição de renda, em Taiwan os 40% mais pobres detêm, em 1986, 21,8% da riqueza; os 20% mais ricos detêm 38,2%, contra 26% e 33,8% respectivamente em Cuba (Zimbalist & Brundenius, 1989, p.16, Tabelas 8, 9 e 10). Na área de educação, em 1985 Cuba tem 334 estudantes matriculados para cada mil habitantes, Taiwan 239,8. Na saúde, em Cuba existem 19,7 médicos para cada dez mil habitantes, contra 11,4 em Taiwan.

O contraste das duas experiências resulta de grande utilidade para a compreensão dos problemas enfrentados por Cuba com a crise do Leste Europeu.

Por causa do bloqueio norte-americano, o país se viu obrigado a reformular radicalmente suas relações econômicas e políticas internacionais. O ingresso no Come permitiu a Cuba iniciar um processo de

desenvolvimento integrado à divisão internacional do trabalho do bloco liderado pela ex-URSS. Isto trouxe vantagens e problemas. Entre as vantagens, a garantia de mercados para os seus produtos, com certa estabilidade nos preços, o abastecimento de bens manufaturados, matérias-primas e o acesso à tecnologia em razão do programa de industrialização. Entre os problemas, a aceitação de parâmetros de integração baseados na especialização, que no caso de Cuba significou a prioridade na agroindústria direcionada em grande parte para o complexo açucareiro, um horizonte estreito quanto aos critérios de produtividade e competitividade, limitado a países com um parque industrial e tecnológico considerado obsoleto em comparação ao capitalismo avançado, e que funcionou como principal referência em relação ao desenvolvimento. Quando se desencadeia a crise no setor externo em meados dos anos 80, Cuba acentua sua associação com esses mercados, chegando a compor 85% do seu comércio exterior, justamente no momento em que o Came desaparece.

Em relação à América Latina, os indicadores econômicos e sociais de Cuba apresentam resultados positivos, embora esse parâmetro de comparação não seja suficiente para fazer um balanço global do modelo adotado pelo país. Comparativamente aos países do Sudeste Asiático, embora os indicadores sociais de Cuba sejam ligeiramente superiores, existe uma clara diferença na capacidade estrutural interna para dar continuidade às políticas de desenvolvimento no novo quadro internacional. Cuba passa a enfrentar uma situação crítica comparável a um período de guerra.

Após o fim da Guerra Fria, o bloqueio norte-americano se amplia, as dificuldades econômicas, que já eram graves antes da crise no Leste Europeu, se acentuam, e Cuba já não dispõe das vantagens oferecidas anteriormente por aquele mercado e do respaldo político da ex-União Soviética.

A radicalização de posições dos Estados Unidos em relação à ilha tem como marco de referência a Emenda Torricelli, proposta pelo deputado democrata do mesmo nome. A emenda foi aprovada pelo Congresso e sancionada sem muito entusiasmo por Bush, pressionado pelo então candidato presidencial Bill Clinton, que soube capitalizá-la eleitoralmente, angariando apoio em parte importante do *lobby* cubano no exílio.⁷ Como desdobramento dessa manobra, a questão cubana se

7 A Emenda Torricelli amplia a proibição de as companhias dos Estados Unidos e suas subsidiárias no exterior realizarem negócios com Cuba, proíbe aos barcos que passam pelos portos

transforma cada vez mais num tema de política interna, especialmente a partir da vitória republicana nas eleições de 1994, que fortalece no Congresso as posições dos setores favoráveis ao aprofundamento do boicote econômico. Na percepção desses setores, sem o apoio da ex-União Soviética, a queda do regime cubano é apenas uma questão de tempo, o que justifica o endurecimento.

A sanção por parte de Clinton da Cuban Liberty Act, apresentada pelos congressistas Jesse Helms, do Partido Republicano, e Dan Burton, do Partido Democrata, ampliando os alcances do bloqueio a Cuba, explicita essas duas dimensões: a radicalização de posições em virtude do clima ideológico predominante no Congresso e o momento eleitoral da sucessão presidencial, com a proximidade das primárias no estratégico estado da Flórida.⁸

Capitalismo versus socialismo: fim da Guerra Fria, fim da história?

A maioria dos críticos dos componentes autoritários presentes nos sistemas políticos do chamado "socialismo real" costuma deixar de lado um aspecto importante que contribuiu para o fortalecimento das tendências centralizadoras e repressivas dentro da esquerda que tomou o poder nesses países: o cerco imposto pelos países capitalistas, especialmente a partir de 1945, quando os Estados Unidos assumem a liderança mundial.

Evidentemente, em amplos setores da esquerda, independentemente da ameaça externa, estes sistemas foram apresentados como exemplo de uma forma superior de organização em relação ao capitalismo. No entanto, a realidade mostra que o socialismo conhecido é aquele que, desde 1917, dividiu seus esforços entre a sobrevivência em relação aos inimigos externos e a construção de uma sociedade que se pretendia mais justa e avançada.

A pressão do exterior nunca cessou; ao contrário, nos anos 80 o governo Reagan redobrou esforços para sufocar economicamente a

cubanos de realizarem transações comerciais nos Estados Unidos e autoriza o presidente norte-americano a aplicar sanções a governos que promovam assistência a Cuba. Para uma análise da política de Clinton em relação a Cuba, ver Erisman (1995)

⁸ A lei Helms-Burton autoriza cidadãos dos Estados Unidos proprietários de bens expropriados pela revolução cubana a processarem empresas estrangeiras que usufruam as propriedades e permite que o governo norte-americano barre a entrada no país de empresários e executivos dessas empresas.

União Soviética por meio do estímulo à corrida armamentista. Nenhum sistema pode desenvolver suas potencialidades vivendo em clima de permanente conflito, que é justamente o mais favorável ao fortalecimento das tendências autoritárias existentes.

O isolamento político, cultural, econômico, científico não foi uma opção considerada vantajosa pelos países socialistas; ao contrário, foi uma imposição da longa "conjuntura" que se inicia em 1917. Se para uma potência militar como a URSS isso foi grave, no caso de Cuba, dada sua posição geográfica, seu tamanho e sua estrutura econômica, as complicações se acentuaram.

Exige-se que Cuba promova mudanças no seu sistema político seguindo o exemplo das democracias liberais, "esquecendo-se" de que os Estados Unidos, a maior potência econômica e militar do mundo, apresentam a inviabilização deste país de dez milhões de habitantes como uma questão de honra da sua política externa.

Exigir de Cuba mudanças na estrutura política em direção à eliminação do controle estatal sobre as atividades de oposição, e não exigir o fim do bloqueio econômico norte-americano e a normalização das relações diplomáticas entre os dois países, significa reconhecer o direito de intervenção.

O "capitalismo liberal" não é alheio nem inocente em relação ao florescimento do stalinismo na URSS, nem à sua hegemonia durante várias décadas como expoente do "verdadeiro" socialismo. A política intervencionista dos Estados Unidos é parte componente do "modo de vida americano", porque inclui como uma das fontes da sua supremacia no mundo o patrocínio das formas mais violentas e autoritárias de ação política.

No combate aos seus inimigos, os Estados Unidos legitimam, ironicamente, a lógica da luta de classes, quando defendem o princípio de que a realização plena dos objetivos de uma parte (o Estado norte-americano) pressupõe, em termos estratégicos, a destruição da outra parte (os governos dos países que optam por uma política não-alinhada ou contrária aos Estados Unidos). Enquanto isto não se efetiva, a luta é permanente.

A defesa da livre iniciativa, aplicada aos planos econômico, social, político, cultural, sancionada por leis que definam condições de convivência nacionais, baseadas no pluralismo e na alternância no poder, e internacionais, com o respeito aos princípios de autodeterminação e não-intervenção, não é contraditória com o espírito libertário que sempre orientou parte importante do movimento socialista. Acontece

que os limites à livre iniciativa, no sentido aqui apontado, geralmente surgem quando interesses dominantes são contrariados.

Da história contemporânea podemos extrair inúmeras ilustrações do que foi e é a atitude das classes dominantes perante as reivindicações políticas dos setores populares. Mesmo o sufrágio universal, grande bandeira das democracias liberais, foi uma conquista das classes trabalhadoras após décadas de violência, dada a intransigência das classes proprietárias que temiam pelas conseqüências da participação das maiorias na política.

Dois obstáculos continuam se antepondo ao ufanismo apressado dos que associam a crise no "socialismo real" com o "fim da história" e o reino definitivo do capitalismo liberal:

1) Se o controle privado ou estatal da propriedade, em todos os planos, da padaria ao hipermercado e à fábrica de automóveis, é uma forma autoritária de relação social porque exige, como pressuposto do seu funcionamento, a submissão técnica e econômica de uma parcela da sociedade – reduzida a executante de tarefas sobre as quais não tem poder de decisão – a uma remuneração (o salário) cujo teto é o lucro do proprietário, como é possível pensar em democracia plena enquanto existir este regime de propriedade?

2) Se a democracia é um valor universal que se enriquece permanentemente de novas conquistas sociais e políticas, poderá incorporar pacificamente o valor da propriedade coletiva como patrimônio do conjunto da sociedade?

A possibilidade de eliminação da propriedade privada – pelo consenso majoritário da cidadania e a partir de instituições e métodos aceitos por todos – pode significar na prática a exclusão de classes e grupos cujas identidades se definem fundamentalmente pelo controle dessa propriedade. O moderno capitalismo liberal toleraria esse exercício radical da livre iniciativa?

A existência de uma democracia pluralista, em que a disputa pela hegemonia e a possibilidade de alternância no poder permitam definir e redefinir constantemente questões como a do caráter da propriedade conforme o determinem as tendências majoritárias na sociedade, poderá configurar realmente o início do fim da história.

Por enquanto, "velhas" questões permanecem:

a) as ameaças externas à soberania nacional dos países periféricos, originárias de políticas hegemônicas com suporte na superioridade militar e econômica (questão nacional);

b) as ameaças golpistas internas diante de mudanças estruturais que favoreçam os interesses de setores subalternos nas relações sociais (luta de classes).

A história continua...

AYERBE, L. F. The external politics of the United States and the Cuban development. *Perspectivas (São Paulo)*, v.20/21, p.197-221, 1997/1998.

- **ABSTRACT:** *The article analyses the development of Cuban economy after the 1959 revolution, emphasizing the following aspects: a) the relevance of the United States foreign policy; b) how the Cuban economic and political model provoked the current crisis and affected the capability to face it; c) the post cold war context of Cuban–United States relationships.*
- **KEYWORDS:** *Imperialism and dependency; Cuban–United States relationships; Cuban–Soviet Union relationships.*

Referências bibliográficas

- AYERBE, L. F. *A hegemonia dos Estados Unidos e a trajetória do desenvolvimento latino-americano: aspectos políticos e econômicos (1945-1990)*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CASTRO, F. *La crisis económica y social del mundo*. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 1983.
- CASTRO TATO, M. Características principales del desarrollo industrial de Cuba en el periodo de 1975 a 1985. *Economía y Desarrollo*, n.98, mayo/jun., 1987.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Notas sobre la economía y el desarrollo*. Santiago de Chile, 1990.
- CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA. La Habana: Ciencias Sociales, 1981.
- DÍAZ VAZQUEZ, J. A. La participación de Cuba en los mecanismos de integración económica socialista. *Economía y Desarrollo*, n.86/87, mayo/ago., 1985.
- ERISMAN, M. H. Evolving U.S./Cuban Relations and the Impact of International Considerations on Washington's Policy. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 19, Washington, D.C., 1995.
- FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Queroz, 1979.

- FERNANDEZ ARNER, A., PLÁ GARCIA, L. El comercio exterior y la construcción del socialismo en Cuba. *Economía y Desarrollo*, n.90, ene./feb., 1986.
- GARCIA, M. La industrialización de la economía cubana considerando su integración a la comunidad socialista. *Economía y Desarrollo*, n.101, nov./dic., 1987.
- GUIA DO TERCEIRO MUNDO. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 1989-1990.
- MESA-LAGO, C. Los planes quinquenales de desarrollo en Cuba (1976-80 y 1981-85): comparación, evaluación y perspectiva. *Desarrollo Económico*, v.22, n.87, 1982.
- MORALES DOMINGUEZ, E., PONS DUARTE, H. Embrago o bloqueo?, compensación?: aspectos económicos del conflicto bilateral Cuba-Estados Unidos. Primeira parte. *Economía y Desarrollo*, n.101, nov./dic., 1987.
- _____. Embrago o bloqueo?, compensación?: aspectos económicos del conflicto bilateral Cuba-Estados Unidos. Segunda Parte. *Economía y Desarrollo*, n.102, ene./feb., 1988.
- MORRIS, R. B. *Documento básico da história dos Estados Unidos*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.
- RODRIGUEZ, G. M. *El proceso de industrialización de la economía cubana*. La Habana: Ciencias Sociales, 1980.
- _____. Apuntes sobre el desarrollo industrial de Cuba (1976-1985) y sus perspectivas. *Economía y Desarrollo*, n.99, jul./ago., 1987.
- ZIMBALIST, A. La economía cubana al comienzo del cuarto decenio. *El Trimestre Económico*, v.56, n.224, 1989.
- ZIMBALIST, A., BRUNDENIUS, C. Crecimiento con equidad: el desarrollo cubano en una perspectiva comparada. *Cuadernos de Nuestra América*, v.6, n.13, 1989.